



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: PROF. TONINHO VESPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 28/09/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Declaro abertos os trabalhos da décima quarta audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa do ano de 2021.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br e no YouTube e que sua realização vem sendo divulgada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo desde 22 de setembro.

Esta Audiência Pública foi convocada para discutir os impactos do MOVA na Educação de Jovens e Adultos de São Paulo conforme o Requerimento 12/2021, de minha autoria e aprovado na reunião ordinária da CCJ em 01/09/2021.

Agora nós vamos apresentar um vídeo de três minutos contextualizando o MOVA.

– Falha na transmissão do vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Infelizmente nós não vamos conseguir transmitir o vídeo.

O procedimento nesta audiência pública será o seguinte: primeiramente chamaremos algumas pessoas inscritas e, após, daremos a palavra a algumas pessoas do Governo, para que elas não tenham que falar agora e deixem para falar no final.

A primeira oradora seria Ângela, mas ela está com dificuldades de entrar na Casa. Para adiantar, chamo a Sra. Isaltina Barbosa Farias. (Pausa)

Não se encontra. A próxima oradora é a Sra. Iraci Ferreira Leite.

A SRA. IRACI FERREIRA LEITE – Bom dia a todos, todas e todes. Primeiramente cumprimento o Vereador Toninho Vespoli por esta iniciativa tão importante para o Movimento de Alfabetização, além de todas as autoridades presentes, os representantes da Secretaria Municipal de Educação, os coordenadores, os educadores e as educadoras do MOVA e todos os que estão assistindo.

O MOVA é o Movimento de Alfabetização que tem marcado a história de São Paulo. Nós trabalhamos de uma maneira transformadora e antecipadora com aqueles que são alfabetizando. Nós somos um Movimento único nesta Cidade, pois atendemos àqueles mais vulneráveis, que estão na periferia, jovens, adultos e idosos. Por isso, nós precisamos que um percentual maior do orçamento da Secretaria Municipal de Educação seja destinado a esse programa.

Em 2021, apenas 0,12% do orçamento é destinado ao MOVA. Quando nós explicamos esse orçamento para os jovens, adultos e idosos que ensinamos, trabalhadoras e trabalhadores, nós os

informamos que, por ano, de cada cem reais destinados à Educação, doze centavos vão para o MOVA. Eles até brincam dizendo que moeda de dez centavos eles até conhecem, mas moeda de um centavo nem existe mais. É assim que eles entendem como é aplicado o orçamento.

Em 2020, foram orçados 11 milhões, 543 mil e 700 reais para o MOVA e, liquidados, foram 8 milhões, 246 mil e 800 reais, sendo que os 3 milhões, 296 mil e 900 reais restantes, nós não sabemos como foram distribuídos. Então, se o MOVA não usou essa verba, como ela foi usada? Nós não sabemos.

Para 2021, a previsão orçamentária é de 11.557.300 reais, com uma variação de 2020 para 2021, de 13.600 reais.

Sabemos que essa verba é insuficiente. Quero lembrar que quando começamos eram 3% – destinados a três salários mínimos, destinando também, a cada sala, 5% da verba para manutenção do local. Isso não temos mais. Hoje, para cada sala nós recebemos por mês 1.418,84 e 363,00 reais para alimentação.

Em Audiência Pública, nesta Casa, um Vereador que não está mais nela disse que cada educando do MOVA consumia 1.000 reais por mês do orçamento da Prefeitura. Logicamente, ele se enganou. São 1.418,84 reais por sala – tenha ela 20, 25 ou 30 alunos. Não recebemos por aluno. Esse número é fechado por sala. Evidentemente, que isso significa que hoje recebemos 1,28 salários mínimos.

Então, vejam a defasagem que nós temos desde o início do MOVA. Se pensarmos de 2001 até hoje, essa defasagem é de 57% e o valor que cabe a cada educando por dia é menos de um real para alimentação. Por esses dados, todos podem ver que o programa se mantém. Nós continuamos, mas com muita dificuldade. Evidentemente, que o percentual que a Secretaria Municipal de Educação destina ao MOVA precisa ser aumentado.

Estamos há cinco anos sem reajuste. Se pensarmos só no IPCA, de 2016 a 2020, temos 21,81%. Continuamos trabalhando, mas queremos trabalhar com mais qualidade e com mais recursos.

Os recursos do MOVA, como já disse, são insuficientes, mas acreditamos que para esse novo período de 2022, esse percentual seja aumentado para que o trabalho executado seja de melhor qualidade, mais eficiente e eficaz.

Então, pedimos aos Srs. Vereadores que quando votarem o orçamento que foi mandado pela Secretaria Municipal de Educação, revejam os percentuais do Movimento de Alfabetização que atende as pessoas que estão na periferia, as pessoas mais vulneráveis, as pessoas que mais precisam.

O investimento do MOVA é um investimento que traz benefício para toda a sociedade. Vamos pensar em impactos da alfabetização na vida das pessoas. Ela impacta na vida das pessoas e naquelas que estão ao seu entorno.

Por pesquisas, sabemos que as crianças que convivem com seus pais, avós, avôs que são alfabetizados têm um desempenho melhor desde a educação infantil. Existe um impacto da leitura feita pelo adulto para o desenvolvimento dessa criança nessa primeira infância. Temos impacto na Saúde, pois as pessoas tendem a cuidar melhor de si e conseguem ler a bula de um medicamento e usá-lo melhor.

Quero lembrar que, em uma *live* que tivemos com um médico, ele nos disse que uma pessoa em vez de pingar no olho colírio, pingou novalgina. Imagine se essa pessoa soubesse ler, esse acidente não teria acontecido.

A Educação de Jovens e Adultos impacta na preservação do meio ambiente, no aproveitamento dos alimentos, por isso investir no MOVA é reduzir o gasto em outras áreas prioritárias para a Cidade. MOVA é investimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Iraci.

A próxima oradora é a Sra. Ângela.

A SRA. ÂNGELA MARIA MILITO DE CASTRO LIMA – Bom dia a todos, a todas e a todes os presentes nesta audiência.

Depois da fala da Iraci, eu tenho como uma programação, que o nosso coletivo organizou, de tentar situar para os excelentíssimos Vereadores e para quem estiver interessado em nossa causa um pouquinho da situação do MOVA dentro do panorama da Educação. Não é uma aula, não vai ser um comício, mas eu queria lembrar a todos o seguinte: a Educação sempre foi pauta da construção do humano. Desde a Grécia antiga. Só que a Educação, como nós temos hoje, principalmente EJA, tem sido sempre renegada. Então, a Vanilda Paiva, professora da PUC, fez um trabalho sobre a história da EJA no Brasil. E o que ela observou? Que todas as vezes, a partir da década de 40, que aqui no Brasil se discutia a Educação de Jovens e Adultos, se fazia via campanha e sempre com muito problema. Então, várias campanhas que ocorreram terminaram em uma avaliação dessa especialista, com relação aos problemas que apareciam, tais como: altos índices de desistência; reprovação; horário reduzido de funcionamento; educadores despreparados para o atendimento do adulto; um calendário inapropriado para receber esse

educando, que era trabalhador, que é trabalhador, que tem a casa para resolver, os problemas do dia a dia, de cidadão que tem de honrar com os seus compromissos sociais e econômicos; muita evasão; currículo inadequado para o interesse do educando e atraso nas verbas para manter. E, em todas as campanhas, houve um grande desmonte, um grande desinteresse.

Então, nós tivemos um Movimento Mundial de Educação, que foi o Movimento pela Escola Nova ou Escola Ativa ou Escola Progressista. Começou já lá atrás. Então, vai a questão das campanhas e sempre com uma dificuldade no Brasil para atender essa população que sempre foi alvo de preconceitos: que o analfabeto adulto era incapaz, era inferior, desprovido de inteligência, de capacidade e para que ele iria estudar? Até que, a partir da década de 40 e mais para frente, a questão da eleição tornou esse adulto analfabeto alvo de programas de Educação. Muito bem, então, algumas coisas aconteceram a partir, principalmente, da década de 60 – anos 60 até 64 –, que estava também pareado com o movimento internacional por uma Educação mais adequada, uma Educação que partisse do trabalho, não para o trabalho, mas com o trabalho, que é a característica da Educação progressista.

Por que eu estou citando isso? Porque o nosso trabalho no MOVA é afinado com essa Educação do aprender a partir do trabalho, no trabalho, no saber fazer, que combina com saber pensar, aquele movimento entre o pensar e o fazer, o fazer e o pensar que constrói o conhecimento da humanidade, e o vínculo cultural. Esse legado não foi exclusividade de um pensador ou de outro. Foi a partir de um movimento de vários pensadores no nível da Europa, Estados Unidos e Brasil. E foi a partir dessa década de 60, dos anos 60, que esses movimentos populares surgiram com muita força no sentido de colaborarem com o progresso da nação, com a melhor formação dos trabalhadores que poderiam ter uma cidadania mais garantida, lutarem por seus interesses, coisas que foram extremamente progressistas. Mas houve uma interrupção. A partir dessa interrupção, que foi no período que teve o Mobral, muitas associações se formaram: associações de moradores, associações de professores, de estudantes, os movimentos das igrejas, de Educação, e isso foi formando um conhecimento que nós, do MOVA, somos continuidade, somos complemento, aprimoramento, adequação. E nós estamos agora diante de um problema gravíssimo, que é a pós-pandemia. A pandemia não acabou, não se sabe quando vai acabar, mas o que nós sabemos é o que pós-pandemia vai ser tão desastroso quanto está sendo agora a pandemia: desemprego, desalento, suicídios. Nós temos casos de educandos que se jogaram do prédio porque perderam o emprego e não tinham mais como sustentar a família. Nós temos exemplos de

educadoras que faleceram porque atendiam a sua família para lá e para cá, pai, crianças e que acabaram se expondo e sendo atiradas à Covid. Então, nós temos uma comunidade, na periferia da nossa Cidade, nossa imensa Cidade, que vive catando comida no lixo, até hospitalar; que está morando na rua e que está no desalento total. Mais do que nunca, a ação da Educação que nós promovemos – com cerca de 12 mil educandos, mais ou menos 500 educadores –, é uma ação mais do que necessária neste momento, porque esses educadores que trabalham nessas comunidades são membros da própria vizinhança, são conhecidos, cresceram junto com esses educandos, penetram na comunidade como entram e saem da própria casa. E têm essa realidade para trabalhar com o maior primor, porque é aquele primor de fazer por amor, por desejo, por compreensão, por dedicação humanitária.

A construção do homem se faz no coletivo, na relação coletiva com a natureza. E o MOVA, neste momento, se faz muito necessário para que possamos atender essa imensidão de excluídos, de desalentados, propondo alternativas viáveis com eles, par e par, porque o educador popular que atua no MOVA tem uma formação nas associações sem fins lucrativos, nas OSCs, que são associações que têm um compromisso humanitário, da sobrevivência, mas não é uma sobrevivência apenas material, mas uma sobrevivência cultural, humana, de complemento.

Então nós temos um papel importantíssimo para contribuir neste pós-pandemia, não só com a nossa modalidade dentro da EJA, mas como também com as outras modalidades, porque aqui na Capital constituímos a quinta modalidade de EJA –Educação de Jovens e Adultos. E temos 32 anos de trabalho contínuo, de crescimento, de troca, de acrescentamento, que faz com que o nosso trabalho tenha uma repercussão impressionante. As nossas salas estão sempre cheias, os nossos educandos são tratados com o maior carinho e nos dão muito carinho, é uma comunicação horizontal de compreensão, de múltipla participação. Dois sujeitos que atuam conjuntamente, o sujeito educando, o sujeito educador. E isso neste momento de desalento, a união desses dois sujeitos se torna muito importante.

É isso que estamos defendendo, que as nossas condições materiais de sobrevivência enquanto Movimento, enquanto organizações da sociedade civil que atendem essa população, que atendem os educadores, formam esses educadores com condições de trabalharem essa metodologia do diálogo, do aprimoramento com o outro, da soma, do crescimento, do eterno aprender. Esse educador se torna cada vez mais essencial.

Precisamos desse reajuste, fizemos várias planilhas, por exemplo, a questão do lanche, nós

podemos até disponibilizar para os Srs. Vereadores, as planilhas que fizemos detalhando cada centavo. Então quando vem a questão, é só um cafezinho e uma bolacha, sim, mas o cafezinho tem de ter açúcar, a bolacha tem de ter uma margarina pelo menos. Quanto custa uma colher de sobremesa de açúcar, quanto custa o chá ou o café, o que é mais caro, o que é mais barato, onde comprar, como fazer essa verba irrisória render. Isso tudo é um quebra-cabeça que enfrentamos e dobramos a dificuldade, porque uma das coisas principais da atuação do educador popular do MOVA é a criatividade e a coragem de inovar, de verificar, de trocar, de somar.

É uma experiência que deve ser, inclusive, relatada nos mínimos detalhes, como é o nosso saber fazer. E como esse saber fazer sempre se acrescenta, sempre sabemos coisas novas diante da realidade. A leitura crítica da realidade nos permite verificar quais são as necessidades urgentes e que ações serão possíveis dentro dessa realidade. E, não acreditamos, mas somos muito criativos, somos um povo especial. Historicamente somos sobreviventes de tantas lutas, de tantas intempéries e seguimos cantando, fazendo da tristeza alegria na questão da cultura, da música, na culinária, na alegria, na cor deste País. E esse povo está indo embora desesperado, perdendo a sua característica de luta, de compreensão, de camaradagem, solidariedade, características muito brasileiras.

Então precisamos sim desse reajuste, da compreensão dos senhores, excelentíssimos Srs. Vereadores, para que possamos fazer uma adequação do orçamento precário, que não tem como mantermos.

Além disso, nós trabalhamos com salas cedidas pelo padre, pela associação de moradores, pela vizinha que cede uma garagem. E temos de contribuir também com a água e com a luz, pouquinho, aquela verba que vem temos de fazer uma divisão e fazer aquilo render. E é muito cansativo, temos muita dificuldade com as DREs, cada uma tem um procedimento diferente da outra. E ficamos com aquele quebra-cabeça sem fim, todo mês, para prestar contas. Uma exige uma coisa, outra exige outra. E temos as parcerias das DREs, mas com bastante dificuldade porque a verba realmente não dá.

Já tivemos educadores trabalhando remotamente usando sua internet, que na periferia falha, o equipamento que tem não permite que faça uma ligação duradoura, toda hora cai. E ele não tem um computador, não tem como ter uma impressora, então tudo isso são dificuldades que estamos enfrentando, cara, coragem e desespero. Então, nessa situação de desespero estamos aqui solicitando que os senhores façam, por favor, uma análise e que apoiem a nossa causa.

É isso que vim trazer para os Srs. Vereadores. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigada, Ângela. Muito importante o que a Iraci e a Ângela já trouxeram, até porque São Paulo está entre as capitais que está com o maior índice de analfabetismo entre as capitais brasileiras em números absolutos, em porcentagem não. Mas, como a cidade de São Paulo é a cidade com maior população, quando se calcula pela porcentagem a gente perde em números absolutos: São Paulo está com o maior índice de analfabetismo entre as capitais do Brasil. Por isso, é muito importante a gente discutir Educação de Jovens e Adultos.

Só para as pessoas compreenderem, Sras. Ângela, Iraci, Isaltina e o Sr. Ewerton estão compondo a Mesa, sendo a Sra. Ângela presencialmente e os demais, virtualmente. Por essa razão que eles têm mais tempo de fala. O restante terá três minutos de fala cada um.

Tem a palavra o Sr. Ewerton Barros Xavier da Silva, presidente da ACEB – Associação Cultural, Esportiva e Beneficente, de Vila Nova Cachoeirinha.

O SR. EWERTON BARROS XAVIER DA SILVA – Eu quero agradecer ao Excelentíssimo Vereador Toninho Vespoli pela oportunidade da Audiência Pública, as companheiras da Mesa, Ângela, Iraci e a Isa, que já falaram, e todos os demais que falarão, é uma honra estar dialogando com vocês sobre um assunto tão importante, referente a esse auxílio do MOVA, que tem caminhado com São Paulo e ajudando no seu crescimento há 32 anos. Desde 1989 caminhamos em conjunto e em parceria com a cidade de São Paulo, proporcionando o combate ao analfabetismo. E não fazemos isso sozinhos, porque nós participamos da modalidade de atendimento da Educação de Jovens e Adultos, que é relevante para o Município de São Paulo.

Dentro dessa modalidade, existem cinco formas de atendimento atualmente: EJA Regular; EJA Modular; CIEJA – Centro Integrado Educação de Jovens e Adultos; CMCT – Centro Municipal de Capacitação e Treinamento; e a nossa ação, que é o MOVA-SP, Movimento que se articula e se interage com a Cidade, não sozinho, mas interage com pautas específicas. Uma delas é o que já rege a lei municipal que fala sobre o Plano Municipal de Educação.

Se nós verificarmos a Meta 2, da qual fazemos parte dessa realidade, temos como ação assegurar uma relação educando, por docente, no sistema municipal de ensino que fortaleça a qualidade social da educação e as condições de trabalho. Então, uma das formas que nós percebemos é a questão de um educador para cada vinte educandos; embora seja necessário em algumas modalidades até – quem

sabe – diminuir esse número de educandos por educador, porque isso tem levado a fechamento de muitas salas de EJA na Cidade.

Outra participação que nós temos na cidade de São Paulo é na Meta 8, porque nós trabalhamos para universalizar – para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação – o acesso à Educação Básica. No MOVA nós não atendemos apenas as pessoas da periferia ou as que tiveram dificuldade de acesso à Educação Básica, mas há uma demanda muito grande da educação da pessoa com deficiência, e isso nós temos feito com primazia.

Os nossos educadores têm se especializado cada vez mais nesse atendimento dialogado, trocado experiências, e nossos fóruns têm aumentado para que haja qualidade no atendimento não somente da pessoa com deficiência, mas também dos imigrantes, das pessoas que não são do nosso País. Há uma grande demanda por esse atendimento.

Então, apesar das dificuldades e das defasagens financeiras, o MOVA tem buscado, com excelência, o atendimento àqueles que, muitas vezes, têm as portas fechadas e muitos outros núcleos de Educação. Eles vêm ao MOVA não somente por ser uma modalidade de atendimento, mas porque o MOVA se concretiza como uma forma de receber bem o diferente, a diferença.

Nesse acolhimento do MOVA há uma forma de atender a todos os que precisam, independentemente da dificuldade ou deficiência da pessoa. Por isso que nós temos essa excelência na Meta 8 de atendimento.

Trabalhamos também com a Meta 10, que é a superação do analfabetismo absoluto da população com 15 anos ou mais e ampliar a escolarização média da população. Isso, inclusive, é uma forma de apresentar a nossa existência. O MOVA tem papel fundamental nessa ação. Tem agido há 32 anos. Não à toa, mas sempre com unidade, sempre crescendo e sempre com excelência.

Participamos, também, das Diretrizes do PME, que nos direcionam para os seguintes pontos: a superação do analfabetismo, conforme citado; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação. Essa é uma bandeira nossa. Nós trabalhamos contra a violência e a discriminação, recebemos todos e não descartamos ninguém. Nós trabalhamos também na promoção da educação em direitos humanos, também na promoção da sustentabilidade, que fazem parte das Diretrizes do Plano Municipal de Educação.

Trabalhamos, também, com a promoção do humanismo, da cultura, do fortalecimento, da tecnologia. Incentivamos o uso da tecnologia, principalmente em meio à pandemia. Com tantas dificuldades, por exemplo, citadas pela Ângela, nós trabalhamos sempre com excelência, e sempre nos doando cada vez mais, para que a tecnologia não faltasse na necessidade. E conseguimos, sim, atender, mesmo com alguns dizendo que não seríamos capazes. Mas o MOVA não precisa de confrontação, e, sim, de agregar. O MOVA soma, o MOVA inclui. E nessa identidade nossa, nós trabalhamos para agregar através da tecnologia. E com isso trabalhamos também com a difusão dos princípios da equidade, da dignidade da pessoa humana e no combate a qualquer forma de violência, principalmente, a violência contra a maioria dos participantes do MOVA, que são as mulheres. Então o MOVA tem uma atuação não somente na questão do letramento, da alfabetização, mas na convivência do ser humano e da diminuição da violência; principalmente, nessa questão que nós percebemos: que, com a pandemia, a violência contra a mulher também aumentou muito. Então o MOVA também atua nessa questão do ensino, auxílio às famílias. O MOVA vai além da sala de aula. É um Movimento que pacifica a sociedade, que dialoga e que cresce com a sociedade.

E com isso eu quero concluir a fala dizendo que são nesses pontos que nós precisamos também nos manter para lembrarmos que o orçamento, tão pouco, como citado pela Iraci, diante do serviço que foi citado pela Ângela, nós precisamos desse reajuste, da ampliação de verba, porque o MOVA vai muito além de uma unidade educacional, ele faz parte de uma transformação social que São Paulo vive constantemente. O MOVA-SP tem tido a capacidade de dialogar com a atualidade de São Paulo. E nisso eu concluo a minha fala agradecendo ao Vereador e a todos os participantes.

Um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Ewerton. É importante a sua reflexão. Eu ajudava na minha comunidade, muito antes lá do Governo da Luiza Erundina, no grupo que tínhamos do MOVA. E depois também fui ser professor de EJA. E nós sempre perguntávamos, principalmente às mulheres, que eram a grande maioria, por que elas não estudaram antes? Aí a maioria falava assim: “Porque o pai falava que nós, como mulheres, não precisávamos estudar”, “Ah, porque o meu marido não deixava eu sair de casa; que eu tinha que ficar em casa para tomar conta dos filhos”. Então essa questão de gênero, do machismo, tem uma interface muito grande na nossa sociedade, que nós vemos o impacto nas pessoas serem analfabetas inclusive por causa desse machismo enraizado na

sociedade. Então o MOVA dialoga com todas as quebras desses preconceitos. Então é muito importante a valorização do MOVA por conta disso.

A última pessoa da mesa é a Isaltina. Ela se encontra? (Pausa)

A SRA. ISALTINA BARBOSA FARIAS – É com uma gratidão muito grande que estou aqui. Eu me sinto honrada em estar aqui nesse momento representando toda a minha classe e todo esse coletivo.

Quero pedir permissão à Mesa e a todos os meus... (Falha na transmissão.) ...que estão a me ouvir... (Falha na transmissão.) Porém, em algumas falas, eu já fui contemplada. E eu posso dizer que fiquei satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Isaltina, a sua fala está picotando. Está ruim a compreensão. Desligar o vídeo, às vezes, ajuda a escutar melhor.

A SRA. ISALTINA BARBOSA FARIAS – Eu quero pedir permissão à Mesa e a todos os companheiros que estão aqui hoje a me ouvir nesta grande Audiência Pública, que do MOVA será a segunda, porque a primeira Audiência Pública que tivemos nesta Casa, não online, mas presencial, foi no dia 9 de novembro de 2016, às 16 horas. Justamente, essa primeira Audiência Pública que nós tivemos nesta Casa foi para pedir que o MOVA fosse inserido no Plano Municipal de Educação dentro de um projeto que já estava pronto; mas teve uma emenda na qual nós fomos contemplados. E eu agradeço e tenho uma grande gratidão aos Vereadores que nos atenderam nesse período – o Toninho Vespoli, que estava no momento; e esqueci o nome do outro Vereador. A Ângela pode depois até lembrar para mim, que eu estou um pouco nervosa.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O Vereador Eliseu Gabriel.

A SRA. ISALTINA BARBOSA FARIAS – Isso, Vereador Eliseu Gabriel.

E hoje, no dia 28 de agosto de 2021, estamos de volta, não presencialmente, mas de uma forma remota – presencial e, a maioria, virtual.

Então o MOVA de São Paulo, que é um Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos, num esforço conjunto entre SME e movimentos populares da cidade de São Paulo, deverá atender grande número de educandos. Sendo assim, se faz necessária a construção de uma proposta político-pedagógica unificada, partindo de princípios fundamentais e comuns – princípios político-pedagógicos que foram propostos e escritos em abril de 1990. Então já faz algum tempo que é uma fala bem presente, bem real,

na nossa vida.

Bom, vou falar um pouco sobre a Lei Maior.

A Lei Maior já foi falada, que é a nossa Constituição Federal de 88. E, no seu Artigo 205, fala que Educação é um direito de todos. E é um direito social e universal. Ainda conforme o Artigo 208 da mesma Constituição Federal, temos que olhar um pouco mais além e ver, justamente, focar a questão da EJA. Dentre esses e outros apontamentos das leis referentes a EJA, tem o MOVA, como uma das modalidades de EJA no Município de São Paulo, apto a consolidar-se como importante ferramenta na Educação, buscando sempre de forma gratuita e acolhedora a igualdade de condições de acesso para esse público da Educação de Jovens e Adultos e também idosos.

O PNE na Lei 13.005/2014, no período de 2014-2024, na Meta 9, foca a erradicação do analfabetismo e assegura a gratuidade, que já foi pincelada pelos nossos companheiros. A PNE, Lei 16.279 de 2016, também fala sobre a erradicação e diz mais: a ser garantido por meio de vários modelos de atendimento, dentre eles o MOVA, em São Paulo, PEE, Plano Estadual de Educação.

Foi criada a Lei que veio aprovar a PNE do Ministério da Educação com validade de dois anos, a qual estabelece diretrizes para os municípios e metas a serem cumpridas, uma delas é a superação absoluta do analfabetismo. Então, a adequação de quinze anos, por isso em nenhuma EJA poderá haver desmonte. A Lei ampara todas as modalidades de EJA, independentemente de qual seja, e o MOVA está inserido em uma delas. Então, todas estão amparadas em Lei e podem permanecer. Não podem ser desmontadas, muito menos saírem do mapa.

Continuando com a minha leitura, na Meta 10, do Plano Municipal de Educação, nas estratégias, está escrito: “promover aos adultos fora da escola em parceria com a área de assistência social, saúde e cultura, direitos humanos, esportes e juventude, aos idosos e as pessoas com deficiência, prevendo, ainda, a realização de chamada pública, regulares etc.”

Mais à frente: “para a Educação de Jovens e Adultos em regime de colaboração (Falha na transmissão)...”. Porque o ser humano o qual educamos é um sujeito com capacidade para construir sua própria história a partir de uma participação efetiva na sociedade.

Então, o Educador é sempre um pesquisador, estuda, propõe, organiza, observa, intervém, enfim, teórico, mas também prático e construtivo.

Nós precisamos que a Lei seja tirada do papel e seja praticada dentro das salas, na mesma

casa, quando nós levamos os nossos desafios, as nossas dificuldades,... (Falha na transmissão.) ...uma Lei que entrou em vigor em 2 de fevereiro, e a Secretaria Municipal de Educação ofereça classes e recursos tecnológicos para a utilização pedagógica no ambiente escolar, de modo a possibilitar alfabetização digital aos adultos matriculados. Isso está na Lei. Mas apenas na Lei, porque nas salas de MOVA não. Algumas entidades, que buscaram ajuda de terceiros, conseguiram dar essa aula digital. Mas, outras, não. O Município não nos deu, até hoje, até o momento.... Não foi oferecido pela Secretaria Municipal de Educação o que a Lei nos remete.

Vendo tudo isso hoje, dentro da Portaria, vou lá e volto cá, sempre nas leis, porque eu gosto de falar nessas coisas. Muito embora a Portaria de SME 617 de 2006, é muito antiga, mas a única que temos até o momento, dispõe nos termos do §3º do Artigo 2º, que as classes desenvolverão atividades educativas e culturais presenciais. Com o evento da pandemia de Covid-19, foi publicada a Lei Federal 14.040/2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Nós tivemos tudo isso.

Como já foi citado, também, muitos educadores não têm como ter acesso à internet, até porque tem essa ajuda de custo que recebe do MOVA. São poucos os que têm outro trabalho. A maioria tem apenas esse recurso que recebe do MOVA. Então, não têm como cumprir, ter numa internet de banda larga para estarem trabalhando. Mesmo assim, em nenhum momento nós deixamos de dar assistência aos nossos educandos. Em todo o tempo eles foram assistidos, mesmo com essas coisas. Se tivéssemos o apoio e se a Prefeitura tivesse cumprido a sua parte, nada disso teria acontecido.

Mas continuamos trabalhando em parceria e esperamos ser atendidos como seres humanos que somos.

Outra coisa é trazer discussões para a sala de aula. Elas devem ser emancipadoras, humanistas e não elitistas. A EJA tem de ser pautada para a vida, para a construção do conhecimento, tem de ser contextualizada, discutida... (Falha na transmissão.) ... ensino reflexivo, e isso o MOVA faz. É com essa visão que o MOVA trabalha. É com esta visão que vocês estão aí, é que a gente pede que olhem com carinho, que nós, educadores do MOVA, coordenadores e toda classe movista, estamos (Falha na transmissão.) ...porque vocês podem ver que, todo dia, o preço das coisas muda e por que nós não podemos ter direito a uma partilha com dignidade? (Falha na transmissão.)

O MOVA é acolhedor, ele acolhe todos aqueles que o procuram, não importa se são

brasileiros, se são estrangeiros, de onde venham, o MOVA acolhe, acolhe a todos... (Falha na transmissão.) ...humanista e humanizadora... queremos o olhar de cada um de vocês, parlamentares. Porque nós não queremos migalhas, nós queremos aquilo que a Lei nos propõe.

Essa é a minha fala, meu muito obrigada a cada um e a cada uma.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – A Isaltina acabou colocando algumas questões que eu acho tem a ver com a diferenciação, às vezes, entre o que acontece com o aluno matriculado no MOVA com os alunos do restante da rede. Queira ou não queira, o MOVA é uma modalidade da EJA – Educação de Jovens e Adultos e, às vezes, as pessoas não entendem por que as crianças e mesmo os adultos, que estão na nossa rede, acabam tendo tratamento diferenciado dos alunos do MOVA. Eles, por exemplo, não têm o Cartão Alimentação e por que não têm recursos que os alunos matriculados em outras modalidades da nossa EJA podem ter, ou mesmo do ensino regular?

Uma questão que eu peço para a Secretaria refletir e que sabemos que os alunos do ensino regular, se a gente for ver a alimentação por criança ou por adolescente, o valor é bem parecido com os alunos do MOVA, mas tem de se levar em consideração que para a Secretaria, a Prefeitura compra em grande quantidade, e ela consegue negociar preços. Na hora que vamos lá, que passamos uma verba para as entidades do MOVA comprarem, elas compram em quantidade pequena, não tem o poder de negociação que a Secretaria tem, então acaba comprando os mesmos produtos, mas de uma maneira muito mais cara. Então, é claro que os alunos do MOVA vão ter uma alimentação não tão boa e adequada quanto os alunos tanto da nossa EJA, das unidades de educação municipal, quanto os alunos do ensino regular. Então a Secretaria tem de levar essa questão em consideração.

Também como já foi aqui falado, como são nossos alunos que estão matriculados, são alunos da nossa rede, aos alunos do MOVA, temos de dar equidade de tratamento aos alunos do MOVA com os alunos da EJA, inclusive com os alunos do ensino regular.

Estou falando tudo isso porque a Isaltina falou, mas como picotou muito a sua fala, acho que o resumo do que a Isaltina quis falar é um pouco disso. Por isso estou complementando a sua fala.

Como as quatro pessoas da Mesa já falaram, todas as demais serão falas de três minutos para depois o Governo tirar suas dúvidas quanto às questões e poder se pronunciar. Está bom? Agora, tem a palavra Iracema Lopes Pavão. (Pausa)

Iracema, desculpe-me. Antes disso, queria chamar para fazer uma saudação a Laís de

Figueiredo Lopes, que está representando o mandato do Deputado Paulo Teixeira, que é um batalhador pelo de Alfabetização de Jovens e Adultos. É muito importante que a Laís faça saudação em nome do Paulo Teixeira.

A SRA. LAÍS DE FIGUEIREDO LOPES – Muito obrigada, Vereador. Bom dia a todos, a todas, é com muita alegria que participo desta audiência. Quero parabenizar a realização desse evento, o MOVA é um Movimento que se transformou numa política pública, é muito importante para a Cidade.

Logo no começo da pandemia, quando os gestores públicos e as organizações não sabiam muito bem como agir, a reação da Secretaria Municipal da Educação foi muito ruim com o Movimento, de suspender o repasse de recursos. Então, tanto Vereadores quanto Deputados apoiaram essa demanda junto ao Tribunal de Contas do Município, que decidiu que não poderia ter sido suspenso o repasse de recursos porque havia um planejamento e a possibilidade de uma execução remota dessas atividades.

Eu cheguei a escrever um artigo sobre isso, junto à plataforma nacional por um novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e ajudamos a desenhar um Projeto de Lei, justamente inspirado na situação do MOVA, para regulamentar as parcerias nesse regime transitório de calamidade pública que a pandemia nos trouxe. O Projeto de Lei nº 4.113 foi apresentado na Câmara Federal por mais de cinquenta parlamentares e aprovado por unanimidade e depois aprovado por unanimidade no Senado Federal, mas foi vetado integralmente pelo Presidente da República. E tenho a felicidade de contar aqui que, ontem, o veto foi derrubado. A partir de agora o Projeto de Lei nº 4.113 vai ser uma lei em nosso País, inspirada justamente na situação de que a administração pública precisa equacionar também as parcerias com as organizações da sociedade civil durante este momento de pandemia.

No caso do MOVA, especificamente, estamos ajudando, numa articulação junto com o Instituto Pro Bono e com o Escritório Mattos Filho, em um parecer – e aí, se tiver oportunidade, Vereador, quando o parecer estiver pronto, nós poderíamos apresentar nesta Casa Legislativa – justamente apontando, sistematizando as questões que estão sendo levantadas pelo Movimento que, em parte, estão descritas nas portarias, nos atos infra legais editados pela Secretaria Municipal de Educação, mas em parte também podem ser resolvidos por meio de uma legislação municipal mais adequada.

O MOVA, hoje, contratualiza em parte pelo MROSC e em parte não pelo MROSC. O que é o MROSC? Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que gerou a Lei 13.019, de 2014, a qual eu tive a honra de liderar no âmbito do Governo Federal entre 2011 e 2016.

E por que eu digo que parte contratualiza pelo MROSC e parte não contratualiza pelo MROSC? Porque a lógica do MROSC é justamente custear todos os ônus que os projetos que são feitos em parceria com a administração pública geram as organizações da sociedade civil. E no caso do MOVA, como se faz o reembolso de despesas, não há uma previsão orçamentária que custeie de fato todo o plano de trabalho do que é feito pelo Movimento.

Então muitas vezes nós ficamos em uma situação mais precária, mais deficitária justamente por não abrir esses custos e ter uma atualização prevista na norma que, de fato, não traz um índice que condiz com a realidade. Então nós precisamos olhar para isso de modo a equacionar melhor essas parcerias.

E isso afeta diretamente o MOVA, mas algumas outras normativas que também precisam ser revistas pela Secretaria Municipal de Educação afetam todas as organizações. Notadamente eu cito a Instrução Normativa 29, de outubro de 2019, que, por exemplo, para o credenciamento das organizações de educação, traz a necessidade de que todas tenham inscrição no Conselho Municipal de Criança e Adolescente, ou que apresentem a utilidade pública municipal. Ora, os atendidos do MOVA, por exemplo, não são crianças nem adolescentes, são adultos, então essa disposição é completamente incongruente.

Então nós precisamos fazer as ressalvas e precisamos apoiar inclusive para que os servidores públicos tenham mais clareza na aplicação do seu trabalho. Nesse sentido eu até pondero se devemos continuar com a utilidade pública municipal. É uma lei que é antiga e que, no âmbito federal, foi revogada em 2015. Não existe mais utilidade pública federal, por exemplo, e não deveria mais existir utilidade pública do Estado nem do Município, porque atrela como se fosse uma condição de acesso a repasse de recursos uma legislação antiga que não traz nenhum benefício nem à população nem à gestão pública nem às próprias organizações da sociedade civil. É mais uma burocracia desnecessária.

Então, com um abraço muito grande do Deputado Paulo Teixeira, eu me coloco à disposição para as construções posteriores e para detalhar mais tecnicamente o que estou trazendo aqui de forma resumida nesse espaço que nos foi dado.

De novo parabeno a iniciativa e o trabalho do Movimento que é bastante relevante para o Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Também mande um abraço ao Deputado Paulo Teixeira, um amigo do MOVA.

Agora, por três minutos cada um; próxima oradora Iracema Lopes.

A SRA. IRACEMA LOPES – Bom dia a todos, em especial a você, Toninho, que preside esta Audiência. Meu agradecimento em nome de todos os movistas presentes. Bom dia, vereança de São Paulo que está acompanhando também, e aos movistas presentes aqui neste dia tão importante.

Eu me chamo Iracema, sou coordenadora do MOVA da Obra Social da Paróquia Cristo Ressuscitado, que pertence à DRE de Itaquera, uma das treze que compõem e estão presentes no Município de São Paulo. Na DRE de Itaquera estão matriculados 766 educandos.

Falar do MOVA é falar de movimento, de acolhimento, de inclusão, de encontro e de abraço, é falar de Educação. Falar do MOVA é conjugar sem cansar o verbo esperar. Podemos dizer que o MOVA é uma educação para os direitos humanos, uma vez que promove a mobilização social, como aqui já foi dito, para lutar pelos seus direitos e construção de valores, de respeito e de alteridade.

O MOVA, comprometido com a emancipação humana e a transformação social, sempre se colocou diante da necessidade de lutar, de resistir e construir um mundo com justiça social para todos, todas e todes. Prova disso, uma das características ímpar do MOVA está no acolher sem medo de ser feliz.

Nesse tempo de pandemia, como isso ficou evidente, muito evidente, quando em momento nenhum paramos os nossos trabalhos para beneficiar os nossos educandos que estavam muito fragilizados e necessitados de orientações, de amparo afetivo e também psicológico.

E mais ainda: muitos deles passavam necessidades materiais por não terem alimento para pôr na mesa. Mas, sabem, até hoje, passado algum tempo, uma coisa ficou muito clara para nós, do MOVA, educadoras, educadores, coordenadoras, coordenadores: quando, sem nenhum aviso prévio e sem nenhuma justificativa plausível, em meio a uma pandemia totalmente desconhecida, recebemos a notícia, no início de 2020: o MOVA terá suas atividades suspensas, os educandos ficarão sem seus encontros e seus educadores não receberão seus pagamentos.

Além do impacto pedagógico, porque muitos educandos do MOVA veem na sala de aula um elemento essencial não somente para o seu aprendizado, mas também para a sua convivência, a suspensão das aulas presenciais exigiu que as aulas remotas fossem muito bem amparadas, elaboradas e desenvolvidas, conseqüentemente, aumentando assim a dedicação dos educadores e educadoras...

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Iracema, você pode concluir, por favor.

A SRA. IRACEMA LOPES – Tudo o que aconteceu foi um soco no estômago. Porque a pergunta única era: será que depois dessa barbárie podemos afirmar que se conhecia o MOVA? Com certeza, não. Porque foram dias e dias que a nossa luta foi no sentido de provar a nossa capacidade de trabalhar. Mas a gente provou com o apoio de parlamentares, Defensoria Pública, Tribunal de Contas, o MOVA conseguiu sim sensibilizar, com a riqueza dos seus trabalhos, a Prefeitura para poder liberar o repasse das verbas em caráter excepcional. Foi uma vitória que só se consegue através da boa luta, em lutar e resistir. E nisso, falo para todos aqui, o MOVA é especialista, ele dá lição. Como disse e podemos provar, o MOVA nunca parou e não vai parar jamais.

Hoje, a nossa luta continua, pois sabemos que a pandemia nos trouxe questionamentos e uma necessidade de fazer diferente muitas coisas. O MOVA precisa de muitas coisas – conforme aqui falaram Iraci e Ângela, Tom e Isa –, como ter seu trabalho financeiramente reconhecido, ter direito a tudo que hoje, na era da informática, seria de fundamental importância chegar às mãos dos nossos educadores e educandos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Iracema, eu tenho de ser chato, mas se você puder concluir...

A SRA. IRACEMA LOPES – Lutar e resistir sempre foi e sempre será uma força no MOVA, sempre passando por dificuldade e não se deixa desistir, não se deixa abater. Lutará sempre quando for necessário. A prova está em estarmos aqui hoje, nesta manhã.

Obrigada Vereador, obrigada a todos aqui. Pena que o tempo é tão curto, pois tanta coisa nós teríamos para falar sobre o MOVA neste tempo tão horroroso, mas de muito aprendizado que estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, Iracema. Obrigado pela compreensão também. Temos muitos inscritos, precisamos terminar a Audiência Pública no horário determinado.

O próximo orador é o Sr. Luiz Otávio. Três minutos.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES DOS SANTOS – Bom dia a todos e a todas, Vereador Toninho Vespoli, parabéns pela iniciativa, estamos felizes com a participação na Audiência.

Eu queria só confirmar se a representante da Secretaria da Educação continua ausente? Não apareceu?

– Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está presente.

O SR. LUIZ OTÁVIO GOMES DOS SANTOS – Está bom. Eu queria ressaltar que o MOVA não é uma concessão. O MOVA, enquanto programa, enquanto política pública, é um direito constitucional. Como tal, merece respeito, foi conquistado a duras penas.

Afinal de contas, qual a importância do MOVA para São Paulo? É permitir o acesso à educação dos jovens e adultos. Trata-se de um direito constitucional da população adulta que não teve oportunidade de estudar na idade escolar, mas que terá um impacto na vida dessas pessoas, como o direito de ir e vir, a mobilidade urbana, a identificação do direito como cidadão e cidadã. Isso é fundamental na vida dessas pessoas.

São 32 anos de luta, resistência, de fé, de acreditar numa educação libertadora e transformadora. Incansável.

Quando o MOVA foi criado, a verba de repasse, por cada sala, correspondia a três salários mínimos. Hoje, mal alcança um salário. Já está na hora de parar de tratar o MOVA como o patinho feio da Educação.

Enquanto Movimento, o programa criado por Paulo Freire merece respeito e atenção. O nosso público-alvo não passa, são pessoas que ajudaram a construir a cidade de São Paulo.

Não somos um programa acéfalo, nós sabemos o que estamos fazendo. Nós temos objetivos claros e precisos, uma educação verdadeira, real. O público que nós lidamos são os vulneráveis da cidade de São Paulo.

Há cinco anos que não tem aumento na verba de repasse, corresponde a uma defasagem, hoje, de cerca de 55%. Portanto, o MOVA merece respeito e está sim na hora de deixar de ser tratado como o patinho feio da Educação.

A Secretaria Municipal da Educação cobra, exige relatórios, presença, trata, muitas vezes, os educadores como se fossem funcionários da SME, porém, muitas vezes a contrapartida não tem a mesma intensidade.

Então eu gostaria que ela refletisse sobre isso, nesse sentido, a contrapartida com relação aos educadores e que olhasse com respeito e consideração a esse programa que tem mais de trinta anos. São 32 anos de luta e resistência.

Viva o MOVA! É isso aí. Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Luiz. A próxima oradora é a Sra. Regina Ribeiro. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Graziela Duarte de Araújo. (Pausa) O próximo orador é o Sr. Joilson Conceição Nunes. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Fernanda da Silva Fernandes.

A SRA. FERNANDA DA SILVA FERNANDES – Bom dia. Sou educadora do MOVA, estou hoje com vocês. Muitas coisas que eu tinha para falar já fui contemplada pelas falas dos companheiros. A questão de remuneração, a questão do olhar da SME, das nossas supervisoras, para o nosso trabalho. É muito complicado, assim, sermos vistos e cobrados como funcionários e não termos os direitos de um funcionário. Ficamos, às vezes, de mãos atadas. Como agir em relação a isso? Quem procurar? A quem pedir auxílio sobre essas demandas?

Agradeço, também. Estou aqui para agradecer esta iniciativa. Eu acredito que seja muito importante para o MOVA, hoje, ter esse tipo de conversa, para poder mostrar o nosso trabalho, as nossas angústias e tudo por que lutamos.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. A próxima oradora é a Sra. Nívea Aparecida Gatti. Encontra-se? (Pausa) O próximo orador é o Sr. Christian Silva Martins de Mello Sznick. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Cícera Batista da Silva.

A SRA. CÍCERA BATISTA DA SILVA – Vereador Professor Toninho Vespoli, houve um equívoco. O Otávio já falou. Eu não me inscrevi.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está bem. A próxima oradora é a Sra. Patrícia Alvarez. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Olívia Luiz de Sousa.

A SRA. OLÍVIA LUIZ DE SOUSA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bom dia.

A SRA. OLÍVIA LUIZ DE SOUSA – Na verdade, as falas das minhas colegas contemplaram tudo aquilo que eu pretendia falar. Estou apoiando o MOVA pela luta que estamos tendo até hoje, para resistirmos, para não deixarmos de existir. A minha fala fica naquilo que alguns colegas já mencionaram, sobre o apoio e a forma de estarmos vendo, mesmo, essas novas parcerias, de acordo com as portarias que vão surgindo, para o MOVA, para que não sejamos prejudicados nessas parcerias. A Sônia também havia falado da questão do aumento de verba. Então, a minha fala é sobre apoiar essas coisas todas que

já foram faladas.

Que os Vereadores possam, realmente, continuar nos apoiando nesse processo do MOVA, em que, anteriormente, já vieram apoiando. Que continuem nessa linha, para que possamos, realmente, ver as coisas florescerem e se fortalecerem no Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sra. Olívia. A próxima oradora é a Sra. Andreia Marques dos Santos. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Priscila Pereira da Silva. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Maria Pereira de Souza de Abreu. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Antônia Lucivane. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Valdelice Nunes de Santana. (Pausa)

Eu estou chamando todas as pessoas. Há algumas pessoas que eu chamei, que estão presentes na sala, mas não se pronunciaram. Às vezes, não se inscreveram. Estou entendendo desse jeito. Às vezes, elas se inscreveram por engano, pensando que, para participar, teriam de se inscrever. Então, vou chamando as próximas.

A próxima oradora é a Sra. Vilma Gomes Pereira. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Maria Aparecida da Silva Fernandes.

A SRA. MARIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Bom dia.

A SRA. MARIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES – Eu sou da DRE de Itaquera, da ONG Força da Mulher, e estamos em uma luta, como sempre. Eu estou no MOVA desde 2002. Eu entrei com a Ângela no CTA. Estávamos em uma massa falida da antiga Gazafi, essa empresa que está na Estrada do Pêssego. Começamos nosso trabalho ali.

Dali para cá, a luta vem sempre sendo muito árdua. Temos de estar sempre correndo atrás, sempre lutando. Estamos, agora, atrás desse reajuste, que acho que é mais que justo, do respeito com as nossas educadoras nas salas de aula, do atendimento um pouco mais tranquilo nas DREs.

Para nós, seria mais viável, porque vamos a uma DRE e é de uma forma. Vamos a outra e é de outra forma – documentos, documentos e documentos. Estão sempre dificultando o nosso trabalho. Parece que é uma coisa, assim: “Não queremos mais o MOVA.” Parece que eles pensam isso. Contudo, somos fortes e estamos aqui para lutar.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Já finalizou, Sra. Maria?

A SRA. MARIA APARECIDA DA SILVA FERNANDES – Já.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Muito obrigado, viu? A próxima oradora é a Sra. Fátima Aparecida Rodrigues Oliveira. (Pausa) A próxima oradora é a Sra. Sônia de Fátima Pereira da Silva. Bom dia.

A SRA. SÔNIA DE FÁTIMA PEREIRA DA SILVA – Sr. Vereador, eu sou Sônia Pereira. Sou da região da DRE Jaçanã/Tremembé e sou representante. A minha entidade é a Associação dos Moradores da Zona Norte. Represento a Savic e represento o Raio de Cristal.

Primeiramente, eu quero agradecer sua atenção, seu carinho ao nosso programa e já me sinto contemplada nas vozes dos companheiros.

Bom dia a todos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Jerusa Silva Cavadas. (Pausa). Ausente.

Todos os inscritos já falaram. Agora vamos ouvir os representantes da Secretaria de Educação. Pelo que percebi, as pessoas falaram um pouco do histórico do MOVA e sua importância. Tenho certeza de que a Secretaria tem isso como norte, mas acredito que as principais questões faladas aqui foram: reajuste; questão do valor da alimentação, que os alunos recebem e equidade de tratamento, desde tabletes, Cartão Alimentação. Nem todos os alunos do MOVA, nesse momento pandêmico, receberam cestas básicas. Então acredito que são esses três pontos principais. Também não receberam material pedagógico.

Passo a palavra à Sra. Daniela Hikawa.

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Bom dia a todos. Bom dia, nobre Vereador. Obrigada pelo convite para participar desta audiência pública. Para aqueles que não me conhecem, atualmente estou como Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Da minha equipe, aqui hoje, está a Thais, Diretora de Dieja. Temos também uma representante da Coged, da Divisão de Parcerias, que é a Helga.

Pedi para a Thais, para dar início, trazer alguns aspectos gerais relacionados aos pontos que foram colocados aqui nesta manhã pelos diferentes representantes.

Vejo que há algumas questões relacionadas a repasses. A forma como essa parceria é feita.

Como as pessoas compôs esse nome em relação ao MROSC, a Legislação que temos mais atual. É ponto muito importante a ser discutido com as diferentes instituições e entidades.

Há um ponto que o nobre Vereador colocou agora relacionado aos materiais pedagógicos. O nosso lugar de fala, meu e da Thais, é do ponto de vista pedagógico dessa forma de atendimento, da EJA – Educação de Jovens e Adultos.

No ano passado, quando começamos a discutir acerca do que faríamos enquanto suporte pedagógico para diminuir distanciamento das aprendizagens em relação a esse período de aulas remotas, houve uma conversa, à época, da Diretora Milena, que era a Diretora da Dieja, com representantes, nas reuniões feitas periodicamente e houve uma opção da maior parte, de que não fosse utilizado o material orientado pela Secretaria e construindo aqui com as diretrizes, a partir do currículo da Cidade de Educação Jovens e Adultos. Não sei se expressei de forma equivocada, mas fica aberto aí para considerações. Mas foi, inclusive, um dos pontos que eu havia pedido a ela que levasse a discussão com o grupo, por considerar ser um momento importante. Mas daí foram trazidos diversos aspectos relacionados às especificidades dessa forma de atendimento. As necessidades que eram reais, urgentes e necessárias àquele período. Então procuramos dar um suporte pedagógico da melhor forma possível a esse grupo.

Entendo que vários pontos que foram colocadas aqui, como oferta de equipamentos, materiais, recursos, estejam voltados a uma ação de alfabetização considerando todo o contexto tecnológico, digital que temos atualmente e advindas, principalmente, desse momento de pandemia, acredito que tudo isso vem com um novo olhar para a forma de parcerias, de repasses e de organização dessa forma de entendimento. Considerando que hoje temos o MOVA como uma organização bastante autônoma, com algumas diretrizes por parte da Secretaria. O Movimento que tem por parte da Dieja nos aspectos de formação, daí a Thais vai pontuar de forma mais detalhada. Mas, do ponto de vista pedagógico vejo que há algumas questões que precisam ser encaminhadas a partir dessa mudança de parceria para que possamos trazer uma forma de organização voltada a formação, do ponto de vista pedagógico, voltada a formação, ao diálogo e organização de todas essas equipes.

Thais, se você quiser explicitar um pouco acerca disso, ajuda bastante também.

Em relação à alimentação. Pontuei aqui esses aspectos da merenda. Como é parte de outra área, eu não tenho as respostas, mas eu fiz aqui a anotação para fazer os encaminhamentos devidos à Josélia, que é a Coordenadora da parte de Alimentação Escolar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Fique à vontade.

A SRA. THAIS CRISTIANE PADILHA – Bom dia, Vereador Vespoli. Bom dia, integrantes do MOVA e da Secretaria Municipal de Educação que estão presentes. Sou Thais, Diretora da Divisão de Educação de Jovens e Adultos e vou falar um pouco do trabalho pedagógico que vimos realizando no ano de 2021 com o MOVA.

Começamos o ano mantendo as nossas formações para o Movimento, que estavam previstas. Fizemos uma formação inicial em março com ações diretamente da Secretaria e das Diretorias de Ensino, nos seus territórios, com a participação dos integrantes do MOVA e dos formadores. Realizamos as formações quinzenais nas Diretorias Regionais, que vêm acontecendo desde o início do ano. Também estamos com o curso, oferecido diretamente pela Secretaria Municipal de Educação para todos os integrantes do MOVA. Montamos turmas pensando em atender os quinhentos movistas; também estamos com esse curso em andamento. E é com muita satisfação que informamos ter conseguido realizar essas formações e a Semana de Alfabetização do MOVA-SP, que aconteceu no mês de setembro, evento que foi também um movimento formativo, em que as formações ocorreram na Secretaria e nos territórios, com a participação, na organização de toda essa ação, das lideranças do Movimento. Estamos trabalhando durante todo o ano nas formações, nas reuniões e na organização com o pessoal do MOVA. Da parte pedagógica, era isso que eu tinha a falar, Dani. Obrigada.

- Interferência sonora.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Aproveitando: uma coisa que eu notei é a questão da prestação de contas. Há uma questão que julgo importante para a Secretaria pensar. Visitei várias DREs com algumas entidades. Fomos percebendo que a prestação de contas não tem uma padronização no Município. Cada DRE meio que faz sua própria padronização. Às vezes, a entidade tem salas em duas ou três DREs. Então, às vezes, ela tem que fazer de uma forma em uma DRE e de outra forma na outra. Se o MOVA é uma das modalidades do EJA, não deveria haver essa padronização no Município para que todas as DREs fizessem da mesma forma? Essa é a pergunta que eu queria deixar para a Secretaria.

Há outras questões que eu recebi. A questão do Cesta Saudável, por exemplo. Há, na DRE Itaquera, 124 educandos, mas só houve a remessa de vinte cestas. Talvez haja alguma questão que a Secretaria tenha que ver, de atualização de dados, por exemplo.

Outra coisa, o Cartão Alimentação. Recebi informação de que ele chegou só agora, e de forma irregular, e para poucos educandos, não para todos. As listagens estão desatualizadas, e muitos desses cartões inclusive estão sem saldo.

Material pedagógico, que dissemos não ter vindo em 2020 e 2021, são kits com caderno, lápis, caneta, apontador, borracha e régua. Não se trata das apostilas, portanto, o que foi dito pelas pessoas.

Pergunto se vocês podem responder essas duas perguntas. A primeira, a questão da padronização, que deveria haver na prestação de contas; se a Secretaria não pode pensar uma padronização direcionada a todas as DREs. E, em segundo lugar, a questão da Cesta Saudável, do Cartão Alimentação e do material pedagógico.

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Concordo, Vereador, com que haja necessidade, sim, de se fazer uma padronização. Há um movimento de padronização em relação às prestações de contas tanto via PTRF, que é feito nas unidades diretas, como via repasses nas unidades parceiras das creches. Entendo que essa padronização virá com essa discussão acerca de uma atualização na forma dos convênios, e a Helga pode nos trazer melhor esses aspectos. Mas penso que são pontos, sim, que precisam ser discutidos.

Entendi agora a respeito do material pedagógico; eles estavam se referindo ao kit de material escolar. No ano passado, isso foi feito por meio de crédito no aplicativo, assim como para todos os demais estudantes. Entendemos que há uma dificuldade em relação ao acesso ao aplicativo, por isso fizemos um mutirão nos 46 CEUs para que todos aqueles que tivessem dificuldade pudessem ir até o CEU no final de semana, no sábado, para tirar dúvidas, conseguir se cadastrar, baixar o aplicativo e fazer uso desse crédito que há para a compra do material escolar, conforme os materiais indicados, que eles já recebiam anteriormente via kit.

A questão do Cartão Alimentação, enfrentamos não só para os educandos do MOVA, mas também para os estudantes da rede de forma geral. Há diversas situações em que há uma desatualização no cadastro, há dados cadastrados errados no EOL, e isso impede que esse crédito seja liberado, que o Cartão seja produzido. Foram feitas diversas ações no decorrer dos anos de 2020 e 2021 para que esse cadastro fosse atualizado para que eles pudessem fazer as indicações. A Thais havia trazido, em diversos momentos, algumas questões referentes aos estudantes de EJA como um todo, dificuldades pelo fato de

haver obrigatoriedade do nome da mãe e algumas informações a esse respeito.

Buscamos, na medida do possível, adequar as necessidades desses estudantes de EJA. Então, a gente entende que houve diversas ações para esse movimento de atualização cadastral e de regularização do uso do aplicativo; e se ainda hoje a gente entender que há necessidade de outros movimentos, também encaminharei à coordenadoria que cuida desses aspectos, para que a gente pense em outras alternativas.

Tem a palavra a Sra. Helga.

A SRA. HELGA KOORO – Olá. Bom dia a todos. Meu nome é Helga. Eu estou representando o setor de parcerias. Em relação à dúvida sobre a padronização dos procedimentos, em relação à prestação de contas, nós concordamos sim que há algumas diferenças em relação à documentação e à forma que a documentação é solicitada nas Diretorias Regionais de Educação. Nós estamos fazendo a implantação de um sistema de gestão de todas as parcerias; e inicialmente nós estamos em ambiente teste, e estamos iniciando com os Centros de Educação Infantil e posteriormente, nesse sistema, nós vamos abranger também o MOVA.

Em relação à padronização, a partir do momento em que houver essa sistematização, todos os documentos serão inseridos na plataforma, da mesma forma. Então, não haverá diferença entre uma diretoria de Educação e outra.

Em relação ao MROSC, que foi uma fala que houve em relação à parte que está adequada ao MROSC e outra não, nós já temos uma portaria, para adequar o MOVA ao Marco Regulatório, e ela será publicada. Nós estamos fazendo algumas alterações também em relação às unidades do Centro de Educação Infantil, e isso será publicado juntamente com essas alterações.

Em relação ao reajuste, que foi um assunto lá no começo da Audiência, só lembro que nós tivemos o último a partir de 2018. Não sei se foi a Sra. Ângela que colocou a questão de um estudo que foi feito em relação a esse reajuste. Nós iremos levar essa pauta para deliberação do gabinete.

Em relação ao setor de parceria seria isso: a questão da sistematização, a padronização dos procedimentos em relação à prestação de contas. Isso vai ser feito no sistema, em plataforma eletrônica. Falo também da publicação de portaria de adequação ao Marco Regulatório. E em relação ao reajuste, há essa questão, que nós dependemos de uma deliberação do Gabinete. A gente pode receber essa proposta, esse documento que a Sra. Ângela colocou, esse estudo que foi realizado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Eu só queria fazer um apelo para a Secretaria, porque a Audiência Pública para mim está sendo bastante produtiva. A nossa ideia aqui é o diálogo, e o diálogo está sendo estabelecido. Eu até queria agradecer o Sr. Secretário Padula. Levem essa minha gratidão a S.Exa., por conta dos cargos do PEI. Já chegou à Câmara o projeto, e S.Exa. está com empenho bastante grande. A gente reconhece o empenho da Secretaria. A gente quer manter esse diálogo, para tentar o que a Câmara pode também contribuir com V.Exas. Esse é um intuito dessa Audiência Pública.

A Sra. Isaltina falou que nós fizemos aqui uma Audiência Pública em 2015 ou 2016, com o Vereador Eliseu Gabriel. Uma das discussões foi essa questão do novo Marco Regulatório, e a gente já tinha propostas a fazer.

Antes da publicação, V.Exas. não poderiam enviar para a Comissão da CCJ, para a gente só dar uma lida? Falo isso porque a gente tinha sim contribuições a ser feitas. Acho que até a gente mandou um relatório das contribuições, só para ver se, mais ou menos, elas estão atendidas nessa nova normatização. Se V.Exas. pudessem mandar para a CCJ, nós disponibilizaríamos aqui para o Fórum do MOVA, porque isso não foi há dias, mas eu sou testemunha que foram momentos de anos e anos de debate; e saíram propostas bem interessantes. Se V.Exas. pudessem mandar essa minuta para CCJ, a gente disponibilizaria para todos os Vereadores da CCJ e também para o Fórum.

Falando em padronização, outra coisa a Secretaria poderia pensar, porque a gente também recebe bastante. Há DRE que trata diferente a questão das entidades, no caso do acesso ao EOL. Há DRE que dá acesso a EOL, para que possam atualizar os dados dos alunos. Há outras que não, que marcam um dia, para que eles vão lá ter a DRE para fazer isso. Se a experiência das DREs, que já abriram o EOL para as entidades for positiva, essas DREs têm condição de dialogar com a Secretaria. V.Exas. da Secretaria poderiam dialogar com as DREs, ver quais fizeram isso, e se foi positivo. Se foi positivo, não poderiam abrir para todas as entidades fazerem isso? Isso ajudaria bastante, até para atualização rápida do cadastro dos alunos, porque isso interfere inclusive em benefícios que os alunos vão ter. Se o cadastro não está atualizado, vai demorar muito mais para os alunos serem atendidos.

Então, a Secretaria também poderia pensar nisso, já que algumas DREs têm essa experiência. Podem fazer a sua avaliação, e ver se foi realmente positiva, implementando isso como uma padronização de todas as DREs.

Tem a palavra a Sra. Ângela, para complementar a questão da discussão da normativa.

A SRA. ÂNGELA MARIA MILITO DE CASTRO LIMA – Gente, eu quero até pedir desculpas, porque eu cheguei meio afobada, porque eu fiquei um tempão para tentar entrar aqui nas portarias fechadas.

Aí eu não agradei adequadamente o empenho do nosso Vereador Professor Toninho Vespoli e de toda Casa, em atender ao MOVA, e isso está sendo constante. E também a Secretaria de Educação. Nós tivemos mais de 8 anos, muito mais de 8 anos, com os GTs, junto à Secretaria de Educação e aos representantes do MOVA, para discutir a portaria, antes ainda do MROSC. Quando veio o MROSC nós fizemos mais sistematicamente ainda.

E já foram redigidas várias coisas a partir da discussão com o pessoal técnico da Secretaria de Educação sobre essa adequação com relação ao MROSC.

Nós estamos com a assessoria da Dra. Laís que se apresentou aqui e que trabalha, junto com outros escritórios de advocacia, com as associações sem fins lucrativos, Pro Bono. E temos também, com ela, um diálogo para estarmos vendo a adequação para nossas questões.

Conversamos no dia 6, não lembro se era março, com o nosso Secretário de Educação, aliás extremamente atencioso e muito aberto, que concordou ser interessante nós, da Comissão, que acaba tendo tempo para coordenar e participar dessas reuniões em SME, retomarmos os GTs, os quais pararam em 2019, já com a minuta redigida coletivamente pelo MOVA e Secretaria de Educação, tinha a Milena que estava no comando naquela ocasião, praticamente fechada.

Então gostaríamos de fazer isso coletivamente porque, como nós temos discutido há muito tempo, nós, do MOVA, somos protagonistas da ação. A Secretaria é parceira, nós cumprimos tudo que estava determinado, como eram nossas obrigações, mas nós temos demandas que só nos conhecemos e que nós precisamos estar juntos discutindo, repito, coletivamente, a participação dos movistas, com apoio jurídico de quem puder entrar. Isso é uma necessidade nossa. Não é nem um pedido, mas retomar o que foi combinado com o Secretário no dia 6, acho que foi dia 6 de março, não me lembro direitinho. Está certo?

É isso que eu queria colocar, aqui, como necessário e urgente. Eu agradeço. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – O Márcio, do Tribunal de Contas do Município, está presente. Pergunto se quer fazer uso da palavra? (Pausa)

O SR. MÁRCIO KAWABATA – Bom dia a todos. Obrigado. Sou o Márcio Kawabata, trabalho no Tribunal de Contas, mais especificamente na Coordenadoria II do TCM, que é o departamento responsável pelas auditorias na área de Educação, Cultura e Esportes.

Parabenizo as entidades, a entidade do MOVA, e à Câmara, por organizarem essa Audiência Pública e agradeço a oportunidade de participar.

O que tenho a dizer é que estamos à disposição no que for possível para melhorar a prestação de serviços como um todo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado Márcio. Pergunto à Secretaria se quer se pronunciar sobre mais alguma questão. (Pausa)

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Bem, Vereador, eu penso que esses pontos que foram colocados relacionados à padronização, volto a frisar, tudo isso será regularizado a partir dessa nova forma de enxergar as parcerias por meio do Marco Regulatório.

Relacionado a esses GTs, penso que precisamos, sim, retomar, e verificaremos com o Gabinete acerca de como vamos compartilhar essa minuta da portaria que foi redigida, a partir das discussões desses Grupos de Trabalho que percorreram um caminho ao longo desses últimos anos.

Para finalizar, em nome da Secretaria, eu gostaria de frisar os nossos agradecimentos para participarmos desse momento. Acredito que o diálogo é de suma importância para que possamos em ações e encaminhamentos que sejam, de fato, importantes e relevantes para todos os nossos educandos dessa etapa que é tão importante para a rede.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Daniela, então queria agradecer à Secretaria, e até pedir desculpas da minha fala inicial. É que realmente eu perguntei para o assessor e ele não tinha realmente a confirmação de vocês.

Agora, assim, tem aquelas três reivindicações grandes deles, eu acho que não vamos resolver aqui, agora, e a Secretaria também está num processo de rediscussão, um pouco, de algumas questões, ainda mais num momento do retorno pós-pandemia, mas para dar continuidade a essa Audiência Pública, nós não poderíamos dar um prazo para vocês de uns trinta dias? O nosso mandato marcaria uma reunião com vocês na Secretaria, com mais uns dois ou três representantes do Fórum do MOVA, e nós poderíamos continuar essa discussão com vocês, como se fosse uma questão menor, mas como se fosse um Grupo de Trabalho, para falar: "Olha, o que deu para avançar nisso, como ficou aquilo,

que vocês pensaram sobre essa padronização", enfim, para que continuássemos e, assim, chegarmos no que todos querem, ou seja, tanto vocês da Secretaria, quanto o Movimento, e nós, da Câmara Municipal. Podemos estabelecer isso?

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Podemos, sim. Podemos marcar para a última semana de outubro, ou a primeira semana de novembro, não há problemas. Nós participamos sim.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado. Podemos fazer isso na própria Secretaria, pois será um grupo pequeno, eu, um assessor, mais três ou quatro pessoas do MOVA. Nós nos dirigimos até a Secretaria e continuamos esse diálogo.

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Está ótimo. Vamos agendar sim.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Está ótimo. Eu agradeço bastante aí o diálogo da Secretaria de Educação que, pelo menos, no período do Padula, tem sido bastante aberta a esse diálogo, não posso falar isso do antigo Secretário, não foi a mesma coisa, mas na época do Padula, sim. Quero que vocês levem, inclusive, esse agradecimento a ele, pessoalmente, que estou fazendo.

A SRA. DANIELA HARUMI HIKAWA – Pode deixar.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Não havendo mais nada a declarar, encerro esta audiência pública. Parabéns ao MOVA. Viva o MOVA.